



# MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

## Estado do Paraná

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

### 1.1 DO OBJETO

1.1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a Contratação de serviços contínuos de empresa especializada para operacionalização de Seguro de Vida em Grupo e Assistência Funeral Familiar para os servidores ativos e inativos do Município de Francisco Beltrão, Paraná.

### 1.2 DA CONTRATAÇÃO E VIGÊNCIA

1.2.1 No presente caso NÃO se aplica o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços tendo em vista que se tratam de serviços contínuos, ou seja, aqueles que são realizados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

1.2.2 O prazo de vigência da contratação é de 02 (DOIS) anos, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.3 Após o interregno de 01 (um) ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice INPC – índice Nacional de Preços ao Consumidor, ou outro índice que o substitua, relativamente aos últimos 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.2.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.2.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.2.6 O reajuste será realizado por apostilamento.

### 1.3 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

#### ITEM DE AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE E ESTIMADA DE MESES	NÚMERO MENSAL ESTIMADO DE SEGURADOS	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO PARA O PRÊMIO R\$	VALOR MENSAL ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO R\$
01	092339	Contratação de empresa especializada para operacionalização de Seguro de Vida em Grupo e Assistência Funeral Familiar para os servidores ativos e inativos do Município de Francisco Beltrão, Paraná, com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, para as	24 (Vinte e quatro)	3500	R\$27,85	97.475,00	R\$2.339.400,00





## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

		<p>seguintes coberturas mínimas:</p> <p>a) Morte natural (morte qualquer causa): R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);</p> <p>b) Morte acidental (morte qualquer causa): R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);</p> <p>c) Invalidez permanente total ou parcial por acidente: até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), No caso de invalidez permanente total ou parcial por acidente, o cálculo do valor da indenização será feito com base no grau de invalidez, de acordo com a tabela de invalidez permanente aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A reposição do capital seguro restante será automática, após cada acidente;</p> <p>d) Assistência Funeral (REEMBOLSO PREVISTO): R\$6.000,00 (seis mil reais), caso a licitante contratada ofereça serviço 0800 para o Auxílio Funeral (com reembolso previsto), este não deve ser quesito para recebimento de reembolso.</p> <p>e) Observação: Em caso de morte acidental, os capitais constantes morte e morte acidental se acumulam.</p> <p>A prestação dos serviços deverá ser de acordo com as normativas da SUSEP.</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--

1.3.1 O valor total máximo estimado para a presente contratação corresponde a R\$2.339.400,00 ( dois milhões e trezentos e trinta e nove mil e quatrocentos reais).





## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

1.3.2 O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com apenas duas casas decimais (0,00), e ser sempre um valor divisível, a fim de atender a Lei Nº4657/2019, Artigo 129, parágrafo I, conforme anexo.

## 2. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

2.1 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bens de luxo, conforme Decreto nº 510, de 19 de dezembro de 2023.

2.2 O objeto desta contratação é caracterizado como **serviços comuns**, conforme disposto no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133/21, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

2.3 O objeto também é enquadrado como **serviço contínuo** tendo em vista o objetivo de manutenção da atividade administrativa decorrente de necessidades permanentes ou prolongadas, nos termos do art. 6º, inc. XV, da Lei nº 14.133/2021, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o que aponta o Estudo Técnico Preliminar. Dessa forma, a contratação do objeto licitado será efetivada mediante formalização de Ata de Registro de Preços/Contrato, em conformidade com os arts. 82 e 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 De acordo com os levantamentos efetuados no Estudo Técnico Preliminar – ETP, conclui-se que o serviço de operacionalização de Seguro de Vida em Grupo e Assistência Funeral Familiar para os servidores ativos e inativos do Município de Francisco Beltrão é fundamental para a segurança e bem estar dos servidores municipais.

Sendo assim, a oferta de seguro de vida aos servidores, surge como parte da política de apoio e valorização do servidor público, na busca de atendê-lo em suas necessidades e de seus familiares nos momentos mais difíceis, ocasionados por um acidente ou até mesmo a morte deste.

A valorização do servidor público remete-se aos pilares da gestão, sociedade e remuneração. Nesse sentido, atrelam-se fatores extrínsecos e intrínsecos, promovendo motivação no trabalho, o que, por via de consequência, otimiza o ambiente de trabalho, atraindo pessoas qualificadas para o setor público. A gestão pública requer comprometimento e vocação, haja vista o trabalho para atender o interesse público, direcionando-se ao bem comum. Desse modo, uma gestão que prioriza pela valorização do servidor e das suas necessidades especiais, enfatiza a importância destes ao bom desenvolvimento dos trabalhos e uma maior segurança aos familiares, nos momentos difíceis, como já mencionado.

Em razão do número expressivo de servidores do quadro funcional da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, ao realizar a licitação em comento, além de aumentar a competitividade, oportuniza aos participantes trazer visibilidade de suas marcas e demonstrar os serviços que prestam. Ainda, demonstrar ao mercado sua capacidade de gerir e atender a uma contratação deste tamanho. Trazendo sua marca e modelo de gestão como referência para novas contratações que venham a surgir a nível nacional.

3.2 A contratação de seguros de vida e assistência funeral aos servidores municipais será condicionada ao artigo 129 e 130 da Lei Municipal Nº4.657, de 07 de Maio de 2019 e suas alterações, e as normas e orientações da SUSEP- Superintendência de Seguros Privados.

3.3 O seguro de vida garante a uma pessoa em caso de seu próprio falecimento um ressarcimento econômico a seus familiares diretos, ou na sua falta, para pessoa(s) escolhida(s) como beneficiária(s). Admite-se Seguro de Vida Resgatável - apólice híbrida, onde além da cobertura dos beneficiários em caso de ausência ou incapacitação do segurado, pode ter seu valor, ou parte dele resgatado em casos de





## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

mudança nos planos familiares. O seguro pós vida é destinado a arcar com as despesas envolvendo o sepultamento do segurado quando de sua morte ou assistência funeral, de acordo com a legislação vigente.

3.4 A futura seleção busca trazer um novo modelo de contratação, visto que a empresa será responsável pela solução completa dos serviços que envolvem a operacionalização de Seguro de Vida em Grupo e Assistência Funeral Familiar, assegurando-lhes assistência no caso de acidentes pessoais, mortes e invalidez, oportunizando-lhes proteção financeira e auxílio funeral.

3.4 Visa também, atender ao município com uma nova contratação, já que o Pregão nº 107/2019, o qual originou o contrato de prestação de serviços de nº558/2019, com a empresa SEGUROS SURA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 33.065.699/0001 AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 12995 4º ANDAR SÃO PAULO/SP, encerra se no mês de dezembro de 2024, e já foi prorrogado todos os prazos de vigência possíveis.

3.5 A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

#### **4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E A ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

4.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **5.1 DA SUBCONTRATAÇÃO**

5.1.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

##### **5.2 DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

5.2.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

##### **5.3 DA VISITA TÉCNICA**

5.3.1 Não há necessidade de realização de avaliação prévia à contratação em relação ao local de execução dos serviços por meio de visita técnica.

#### **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **6.1 CONDIÇÕES, LOCAL E HORÁRIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1.1 O prazo de execução dos serviços solicitados pelo MUNICÍPIO ao FORNECEDOR/PRESTADOR é de no máximo 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do contrato, sendo:

a) Após a emissão da Ordem de Serviço/contrato, a empresa deverá realizar a entrega da Apólices da seguinte forma:

a.1) A CONTRATADA fica obrigada a efetuar a entrega da Apólice de Seguro no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato;

a.2) As condições gerais das Apólices não poderão restringir as coberturas mínimas previstas no neste estudo e contempladas em edital.







## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

6.1.1.1 Os prazos de que trata este item poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

6.1.2 Os serviços serão realizados conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração e devidamente informados nas respectivas Ordem de serviço, sob coordenação e fiscalização do Departamento de Recursos Humanos, localizado na Rua Octaviano Teixeira dos Santos, 1000, no Município de Francisco Beltrão, da seguinte forma:

- a) A empresa vencedora garantirá o início de vigência do risco individual, a partir da zero hora do dia seguinte ao da assinatura do contrato/apólice;
- b) Os casos de suspensão/interrupção do vínculo colaborativo, tais como: afastamento por motivo de doença, aposentadoria provisória, licenças remuneradas ou não, férias, etc, por não caracterizarem rompimento definitivo do vínculo, não constituem motivo para exclusão do segurado, salvo se houver solicitação expressa da Administração Municipal;
- c) A apólice do seguro será coletiva, podendo ser emitida uma única apólice em nome da CONTRATANTE, com emissão de certificado individual e nominal a cada uma das vidas seguradas e a forma de custeio será não contributária (a critério da contratada);
- d) O valor contrato é estimativo e sofrerá variação mensal, pois dependerá do número de SERVIDORES/SEGURADOS incluídos na apólice. A Contratada deve ficar ciente que o valor da nota fiscal poderá variar, dependendo de inclusões e exclusões de segurados na apólice;
- e) A seguradora emitirá apólice de seguro coletivo e os certificados individuais e nominais à totalidade de SERVIDORES/SEGURADOS vinculados, prestando assistência total ao acidentado, nos termos contratados;
- f) A apólice do seguro coletiva e os certificados individuais deverão ser encaminhados para o Departamento de Recursos Humanos, Secretaria de Administração;
- g) Não haverá carência, exceto em caso de suicídio, nos termos do artigo 798 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002);
- h) A cobertura do segurado se estende a qualquer parte do globo terrestre, em qualquer momento e espaço de tempo;
- i) O registro do sinistro ocorrerá pelo segurado ou responsável deste, por meio do telefone 0800 fornecido pela seguradora ou, em última instância, por intermédio do Fiscal de Execução do Contrato, mediante formulário a ser fornecido pela contratada;
- j) Não haverá prazo prescricional para o aviso de sinistro;
- k) As indenizações de sinistro deverão ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da entrega da documentação completa à Seguradora;
- l) No caso de solicitação de documentação complementar, devidamente justificada, o prazo constante do item anterior será suspenso, e a contagem do novo prazo passará a prevalecer a partir da data de entrega da documentação solicitada;
- m) O não cumprimento do prazo acordado, implicará aplicação de juros de mora de 2% (dois por cento) ao mês, incidentes sobre o capital segurado, sem prejuízo de sua atualização;
- n) As indenizações de sinistro deverão ser atualizadas monetariamente pela variação do índice IPCA/IBGE, a partir de transcorrido o prazo de 01 (um) ano da celebração do contrato.
- o) Para efeito de determinação do capital segurado a ser indenizado por ocasião do sinistro, a Seguradora deverá observar as seguintes datas:
  - s.1) No caso de Morte Natural – garantia básica, aquela vigente na data do óbito;
  - s.2) Nos casos de Morte Acidental e Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente, aquela vigente na data do acidente;
  - s.3) Nos casos de Invalidez Funcional Permanente Por Doença, será aquela indicada na declaração médica;
  - s.4) No caso de assistência funeral, a data indicada na certidão de óbito;
- p) Dos Beneficiários:
  - a) A(o) esposa(o), quando a(o) segurada(o) for casada(o), com participação de 50%, e o(s)





## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

- filho(s), se houver(em), em partes iguais com reversão entre si;
- b) A(o) companheira(o), quando a(o) segurada(o) for solteira(o), viúva(o), separada(o) judicialmente, com companheira(o) registrada(o) na Previdência Social com anotação na carteira profissional, com participação de 50%, e o(s) filho(s), se houver(em), em partes iguais com reversão entre si;
- c) Os filhos em partes iguais, com reversão entre si, quando a(o) segurada(o) for solteira(o), viúva(o), separada(o) judicialmente, sem companheira(o) ou com companheira(o) não reconhecida(o) legalmente e com filhos;
- d) Os pais e, na falta deles, os irmãos em partes iguais, com reversão entre si, quando a(o) segurada(o) for solteira(o), viúva(o), separada(o) judicialmente sem companheira(o) e sem filhos;
- e) O colaborador (titular) em caso de morte do cônjuge ou companheira(o);
- f) Caso algum segurado não concorde com tais indicações, deverá indicar seus beneficiários específicos, designando o nome do(s) beneficiário(s), data de nascimento, grau de parentesco e percentual cabível para fins de indenização, ainda, na fase de adesão ao seguro;
- g) Dispensa de atestado médico / declaração de saúde para ingresso na apólice. Os segurados, inclusive aqueles incluídos após o início da vigência do contrato, serão aceitos nas condições de saúde em que se encontram na ocasião da inclusão, considerando a aptidão registrada nos exames médicos admissionais e periódicos;
- h) Não haverá limite de idade para inclusão de novos funcionários;
- i) Não haverá carência em nenhuma hipótese. O Seguro a ser contratado deverá garantir a continuidade das apólices firmadas anteriormente devendo a seguradora garantir a cobertura de sinistros decorrentes de doenças pré existentes à assinatura do presente contrato, inclusive de empregados afastados e/ou aposentados provisoriamente por motivo de doença;
- j) O prêmio máximo desta contratação inclui todos os custos das coberturas nela exigidas, bem como os custos de carregamento e emissão de apólice/emolumentos/fracionamento/comissões e corretagens/IOF incidentes sobre os prêmios líquidos, impostos, deduções/retenções legais e outros;

#### 6.1.3 Da cobertura do Seguro da apólice:

A CONTRATADA emitirá APÓLICE de Seguro de Vida em Grupo aos servidores ativos e inativos do Município de Francisco Beltrão no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, abrangendo os seguintes eventos:

- Morte natural (morte qualquer causa): R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
- Morte acidental (morte qualquer causa): R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
- Invalidez permanente total ou parcial por acidente: até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), No caso de invalidez permanente total ou parcial por acidente, o cálculo do valor da indenização será feito com base no grau de invalidez, de acordo com a tabela de invalidez permanente aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A reposição do capital seguro restante será automática, após cada acidente;
- Assistência Funeral (REEMBOLSO PREVISTO): R\$ 6.000,00 (seis mil reais), caso a licitante contratada ofereça serviço 0800 para o Auxílio Funeral (com reembolso previsto), este não deve ser quesito para recebimento de reembolso;

**Observação:** Em caso de morte acidental, os capitais constantes na cobertura de morte e morte acidental se acumulam.





## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

O objeto será executado seguindo rigorosamente os preceitos da legislação específica, em especial as da SUSEP-Superintendência de Seguros Privados.

6.1.4 O detalhamento pormenorizado dos serviços consta do Estudo Técnico Preliminar.

#### **6.2 ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO**

6.2.1 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **7. GESTÃO DO CONTRATO**

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 A CONTRATADA deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-la sempre que for necessário.

7.5 A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Municipal a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.6 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, as quais não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

7.7 Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo fiscal. Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte do mesmo, que apresente defeitos, vícios ou incorreções, enquanto perdurar a vigência da garantia de responsabilidade civil prevista no ordenamento jurídico, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiros para o CONTRATANTE.

7.8 Entende-se por defeito, vício ou incorreção oculta aquele resultante da má execução ou má qualidade de materiais empregados e/ou da aplicação de material em desacordo com as normas e/ou prescrições da ABNT, especificações e/ou memoriais, não se referindo aos defeitos devidos ao desgaste normal de uso, sendo que correrão por conta da CONTRATADA as despesas relacionadas com a correção, remoção e/ou substituição do material rejeitado.

7.9 A **GESTÃO** do presente contrato ficará a cargo do responsável pela Secretaria Municipal de Administração, Senhor **MARCOS RONALDO KOERICH**, inscrito no CPF/MF sob o nº 056.982.839-23 e portador do RG nº 9.159.721-7-PR, designado pela Portaria nº 19/2024.





## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

7.10 A **FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA** da execução do presente contrato será exercida pelas Servidoras **MARTA R. VENDRUSCOLO**, e-mail: [transporteescolar@franciscobeltrao.com.br](mailto:transporteescolar@franciscobeltrao.com.br), **ANA CLAUDIA BIEZUS**, e-mail: [anacbiezus@gmail.com](mailto:anacbiezus@gmail.com) e **AUDIRLENE CLAUDIA DREHER HAOACH**, e-mail: [audidreher@gmail.com](mailto:audidreher@gmail.com), da Secretaria Municipal de Administração, Telefone (46) 3520-2121.

7.11 A **FISCALIZAÇÃO** da execução do presente contrato será exercida pelo(s) Servidor(es) **RAFAEL SCHULTZ BAHR** e **DANIELLA LOTICI**, da Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Recursos Humanos, Telefone (46) 3520-2121, e-mail: [daniella@franciscobeltrao.pr.gov.br](mailto:daniella@franciscobeltrao.pr.gov.br)

#### 7.12 DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO:

- O Gestor do Contrato coordena a atualização do processo de execução e fiscalização do Contrato, acompanhando os registros realizados por todos os fiscais das ocorrências e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.
- O Gestor do Contrato é responsável pelo encaminhamento dos documentos necessários para o empenho de despesa e pagamento, e indicará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa de acordo com eventuais apontamentos da fiscalização administrativa do Contrato.
- O Gestor do Contrato emitirá os Atestados de Capacidade Técnica eventualmente solicitados pela CONTRATADA relativos ao objeto deste Contrato, contendo a avaliação realizada pelos fiscais técnicos e administrativos quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual e a eventuais penalidades aplicadas.
- O Gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização da CONTRATADA para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021 e designada pela autoridade superior.
- O Gestor do Contrato deverá manifestar anuência em relação aos pedidos de aditivos a este Contrato após parecer técnico dos fiscais, assim como emitir o Termo de Recebimento Provisório e Definitivo da obra mediante prévio atesto dos fiscais técnicos.

#### 7.13 DAS ATRIBUIÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

- O fiscal dos serviços verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, e a formalização de aditivos relativos ao prazo de vigência do Contrato/ARP, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal dos serviços atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- O fiscal dos serviços comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término da vigência do Contrato/ARP sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva prorrogação contratual.
- O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

### 8. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

#### 8.1 RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1.1 Efetivada a entrega ou prestado o serviço, o objeto será recebido:

- Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação concomitante da conformidade do material ou serviço com as exigências deste instrumento;
- Definitivamente, pelo gestor do Contrato/Ata, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do Contrato/Ata.





## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

8.1.2 Constatadas irregularidades no material recebido ou na prestação do serviço, o MUNICÍPIO poderá:

- a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo ao FORNECEDOR/PRESTADOR providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contado da notificação por escrito;
- b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo o FORNECEDOR/PRESTADOR fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contado da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.1.3 Ao MUNICÍPIO não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais ou serviços considerados inadequados pelo gestor.

8.1.4 Independentemente da aceitação, o FORNECEDOR/PRESTADOR garantirá a qualidade do produto fornecido ou serviço prestado pelo prazo estabelecido na respectiva garantia.

8.1.5. Os serviços devem seguir rigorosamente as instruções normativas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em sua versão mais recente.

## **8.2 PAGAMENTO DO OBJETO**

8.2.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (TRINTA) dias úteis, do mês subsequente ao período a que se refere o faturamento, devidamente atestada pelo Departamento de Recursos Humanos com a apresentação da apólice (fatura), Nota Fiscal, acompanhada pela nota de empenho, devidamente assinada pelo fiscal designado pelo CONTRATANTE e acompanhada ainda das CND's FGTS, TRABALHISTA e FEDERAL e após o recebimento definitivo do objeto, através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma.

8.1.2 Caberá à CONTRATADA apresentar, as faturas referentes ao respectivo mês, impreterivelmente até a data do dia **10 (dez)** de cada mês, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas na Cláusula Nona.

8.2.3 As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

8.2.4 Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades pertinentes ao contrato, o prazo de pagamento poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

8.2.5 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

8.2.6 O CONTRATANTE efetuará o desconto dos impostos do valor contratado, conforme legislação vigente.







## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

8.2.7 A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação especificadas no edital.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **9.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

9.1.1 O fornecedor/prestador será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

### **9.2 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **9.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).
- No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
- No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.
- No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
- Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **9.2.2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

#### **9.2.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) o







## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

fornecimento anterior pertinente e compatível com o objeto desta licitação, comprovando a capacidade de atendimento de no mínimo 1500 (um mil e quinhentos) segurados;

Descrição do Serviço/Acervo técnico	Quantidade Máxima a ser Licitada	Quantidade Mínima Exigida
Seguro de Vida em Grupo e Assistência Funeral Familiar	3500	1500

a.1) Atestado(s) e/ou Certidão(ões) que demonstrem a realização de contrato de seguro de morte (por qualquer causa), indenização especial por acidente, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional, por doenças, em características pertinentes e compatíveis com o objeto a ser licitado e atendendo no mínimo as coberturas destacadas abaixo:

COBERTURA	SEGURO
MORTE NATURAL POR QUALQUER CAUSA	R\$30,000.00 (Trinta mil reais)
MORTE ACIDENTAL POR QUALQUER CAUSA	R\$30,000.00 (Trinta mil reais)
INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE	R\$30,000.00 (Trinta mil reais)
ASSISTÊNCIA FUNERAL INDIVIDUAL	R\$ 6,000.00 (seis mil reais);

a.2) O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, com prazo de validade máxima de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data do certame;

- b) Certidão de regularidade de constituição e cobertura de reservas técnicas expedida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;
- c) Certidão e/ou atestado e/ou declaração expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que a licitante não consta na relação das empresas submetidas a regimes especiais, emitida e/ou divulgada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
- d) Certidão e/ou atestado e/ou declaração expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que a licitante não consta na relação das empresas submetidas a regimes especiais, emitida e/ou divulgada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

#### 9.2.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física com prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para apresentação do documento;
- b) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício dos últimos 02 (dois) exercícios, exigíveis e apresentados na forma da lei (registrado na Junta Comercial ou Speed, conforme regulamentação do Conselho Federal de Contabilidade), devidamente assinado pelo diretor ou representante legal da empresa e respectivo contador responsável, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme segue:





## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

- b.1) A apresentação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis é obrigatória para todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários, podendo ser atualizados por índices oficiais quando, encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta;
- b.2) É vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- b.3) A situação financeira da licitante será verificada a partir dos seguintes índices e parâmetros:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL
(VALOR MAIOR QUE 1)	(VALOR MAIOR QUE 1)	(VALOR MAIOR QUE 1)

- c) Comprovação através de seu balanço que possui capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% do valor total estimado da contratação.

## 10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

### 10.1 DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo FORNECEDOR/PRESTADOR, de acordo com o Contrato/Ata e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o FORNECEDOR/PRESTADOR, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato/Ata e o cumprimento das obrigações pelo FORNECEDOR/PRESTADOR;
- e) Efetuar o pagamento ao FORNECEDOR/PRESTADOR do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento e no Termo de Referência;
- f) Aplicar ao FORNECEDOR/PRESTADOR as sanções previstas na Lei e neste Contrato/Ata;
- g) Providenciar a adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo FORNECEDOR/PRESTADOR;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- i) O MUNICÍPIO terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações do FORNECEDOR/PRESTADOR, inclusive pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- j) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- k) O MUNICÍPIO não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo FORNECEDOR/PRESTADOR com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato/Ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do FORNECEDOR, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- l) Verificar, minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos ou serviços executados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- m) Comunicar o FORNECEDOR/PRESTADOR por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- n) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do FORNECEDOR/PRESTADOR, através de comissão/servidor especialmente designado;



## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

- o) Atender ao disposto na Lei Municipal Nº4.657, de 07 de Maio de 2019 e suas alterações;
- p) A CONTRATANTE, através do Departamento de Recursos Humanos informará à Contratada as inclusões e exclusões de servidores na apólice do seguro;
- q) A CONTRATANTE, a qualquer tempo, poderá substituir e/ou incluir o(s) beneficiário(s) do seguro, dependendo da demanda. Isto deve ser feito na relação de vidas mensais;

#### **10.2 DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

- a) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, se for o caso, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);
- c) Comunicar ao MUNICÍPIO, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega ou execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato/Ata ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato/Ata, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento pelo MUNICÍPIO, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o FORNECEDOR/PRESTADOR deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato/Ata, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos de prova de regularidade especificados no Parágrafo Primeiro da Cláusula Quarta;
- h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao MUNICÍPIO e não poderá onerar o objeto do Contrato/Ata;
- i) Comunicar ao fiscal do Contrato/Ata, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto deste instrumento;
- j) Paralisar, por determinação do MUNICÍPIO, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- k) Manter durante toda a vigência do Contrato/Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- l) Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato/Ata, a reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/2021);
- m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do Contrato/Ata, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021);
- n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato/Ata;
- o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto deste instrumento, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;





## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

- p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do MUNICÍPIO;
- q) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato/Ata, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- r) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709/2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste Contrato/Ata;
- s) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- t) Submeter previamente, por escrito, ao MUNICÍPIO, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- v) A cobertura do seguro deverá ocorrer durante as 24(vinte e quatro) horas do dia, garantindo os riscos relativos às atividades profissionais e extraprofissionais, ocorridos em qualquer parte do território nacional e internacional;
- w) A seguradora CONTRATADA possibilitará a inclusão de novos servidores no decorrer da vigência da APÓLICE, sem custo adicional, garantindo a cobertura a partir da data de admissão no Município de Francisco Beltrão, estimado em 3500 servidores, conforme consta do objeto deste Termo de Referência;
- x) A seguradora CONTRATADA também possibilitará a exclusão de servidores, a qualquer tempo, durante o período de duração da APÓLICE;
- y) O recolhimento de documentos relativos à inclusão e exclusão de servidores será efetuado por parte da Seguradora, que manterá atualizada a listagem dos segurados;
- z) A CONTRATADA fica obrigada a efetuar a entrega da Apólice de Seguro no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato; Indicar preposto para representá-la durante a execução contratual, devendo constar os dados do mesmo na elaboração do contrato;
- aa) Manter atualizado o número de telefone, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação disponível para a solicitação de suporte; NO caso de alteração dos números o novo deverá ser repassado a administração no máximo em 24 horas a partir da desativação do antigo;
- bb) As condições gerais da apólice não poderão restringir as coberturas previstas no Edital;
- cc) Fornecer os números para chamadas gratuitas ao serviço de atendimento ao Cliente (SAC), 24 horas por dia, sete dias por semana, durante toda a vigência do contrato, através da chamada telefônica, a fim de que seja possível registrar ocorrência de sinistro, solicitações e reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, obter suporte técnico e esclarecimentos;
- dd) A CONTRATADA deverá garantir aos beneficiários o pagamento correspondente ao valor segurado, no caso de morte acidental do segurado, causado por acidente, ocorrido no período de vigência do seguro;
- ee) A CONTRATADA deverá realizar o pagamento da indenização deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias conforme regulamentado pela SUSEP, após a entrega da documentação completa do segurado;
- ff) Caberá ainda à CONTRATADA, aceitar, durante a vigência do contrato, todas as exclusões de beneficiários segurados, bem como inclusões de novos. Nessas ocasiões, a Seguradora deverá emitir a respectiva apólice, no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da comunicação por parte da Contratante;





## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

- gg) A CONTRATADA responderá pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;
- hh) Os representantes legais da CONTRATADA, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais DOS SEGURADOS para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabiliza pelo cumprimento da LGPD e legislação correlata;
- ii) Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança;
- jj) A CONTRATADA, em conformidade com a Resolução CNSP nº 279/2013, que dispõe sobre a instituição de ouvidoria pelas sociedades seguradoras, comunicamos que a **(nome da seguradora)** possui canais específicos para que sejam relatadas quaisquer reclamações ou dúvidas relacionadas ao seu seguro;
- kk) A CONTRATADA será responsável pela encampação da apólice de seguro de vida em grupo que o Município de Francisco Beltrão – PR mantém atualmente;
- ll) As correspondências/cartões (caso houverem) referentes aos segurados deverão obrigatoriamente ser encaminhadas diretamente no endereço residencial dos segurados;

## 11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o FORNECEDOR/PRESTADOR que:

- Der causa à inexecução parcial do Contrato/Ata;
- Der causa à inexecução parcial do Contrato/Ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- Der causa à inexecução total do Contrato/Ata;
- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto deste instrumento sem motivo justificado;
- Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato/Ata;
- Praticar ato fraudulento na execução do Contrato/Ata;
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao FORNECEDOR/PRESTADOR que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, quando o FORNECEDOR/PRESTADOR der causa à inexecução parcial do Contrato/Ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato/Ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato/Ata, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- Multa:







## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
  - 1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza o MUNICÍPIO a promover o cancelamento do Contrato/Ata por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” até “h” do caput desta Cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato/Ata.
3. Compensatória, para a inexecução total do Contrato/Ata prevista na alínea “c” do caput desta Cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato/Ata.
4. Compensatória, para infração descrita na alínea “b” do caput desta Cláusula, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato/Ata.
5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do caput desta Cláusula, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato/Ata.
6. Compensatória, para infrações descritas na alínea “d” do caput desta Cláusula, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato/Ata.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4 Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato/Ata.

11.5 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do FORNECEDOR/PRESTADOR no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO ao FORNECEDOR/PRESTADOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo MUNICÍPIO ao FORNECEDOR/PRESTADOR poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8 Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica o FORNECEDOR/PRESTADOR obrigado a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

11.9 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao FORNECEDOR/PRESTADOR, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.10 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressão por parte do FORNECEDOR/PRESTADOR;
- d) Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;







## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.11 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12 A personalidade jurídica do FORNECEDOR/PRESTADOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o FORNECEDOR/PRESTADOR, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13 O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

11.14 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.15. Para a solução de quaisquer controvérsias, porventura oriundas do contrato de prestação de serviços e da correspondente Apólice, em relação às quais não for possível uma composição amigável, as partes elegem o Foro de Francisco Beltrão, Paraná, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1 Os recursos financeiros para suportar a eficácia do presente objeto estão indicados no parecer contábil do setor competente e são oriundos da seguinte Fonte: RECURSOS PRÓPRIOS - FONTE LIVRE.

## **13. DA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA**

13.1 Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato/Ata, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em edital.

13.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.3 O MUNICÍPIO enviará o contrato/Ata para assinatura da licitante via plataforma digital 1Doc, que deverá assiná-lo no prazo previsto no item 13.1.

13.4 Será permitida a assinatura eletrônica do contrato/Ata mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 13.1.





## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

13.5 Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato/Ata no prazo estabelecido no item 13.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

13.6 Por ocasião da assinatura do contrato/Ata, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

#### **14. SOLICITAÇÃO E ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

- Data de elaboração: 24/06/2024.
- Solicitação: Secretaria Municipal de Administração.
- Nome do elaborador: Nelson Venzo.

#### **15. AUTORIZAÇÃO**

Autorizamos o Departamento de Licitações e Contratos a tramitar processo licitatório com base nas informações e subsídios elencados neste termo de referência, assim como o Pregoeiro, designado em Portaria Municipal, a conduzir o procedimento licitatório na forma do art. 8º da Lei nº. 14.133/2021. Fica, ainda, autorizada a aposição de assinatura digitalizada do Prefeito Municipal no Edital e seus Anexos.

Francisco Beltrão, 24/06/2024.

Marcos Ronaldo Koerich  
Sec. Mun. de Administração

Cleber Fontana  
Prefeito Municipal





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3CD4-B567-466E-7111

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARCOS RONALDO KOERICH (CPF 056.XXX.XXX-23) em 25/06/2024 10:59:04 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MUNICIPIO DE FRANCISCO BELTRAO (CNPJ 77.816.510/0001-66) VIA PORTADOR CLEBER  
FONTANA (CPF 020.XXX.XXX-21) em 25/06/2024 11:46:59 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5  
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/3CD4-B567-466E-7111>